

A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA TECNOLOGIA: **UMA DAS NECESSIDADES PARA O FORTALECIMENTO DA** **ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA UNIVERSIDADE**¹

Benedito Anselmo Martins de Oliveira²

O movimento de economia solidária precisa para desenvolver seu lado mais econômico, assim como o faz a economia capitalista, ter três suportes vitais para sua existência: suportes de crédito, ocupação de nichos de mercado e suporte tecnológico. Especificamente sobre a questão do suporte tecnológico, é necessário que se observe uma questão fundamental que a de que possamos ter acesso ao conhecimento e as tecnologias produzidas pelos centros de assessoria, estudo e pesquisa.

A necessidade da existência de um processo de socialização e democratização do conhecimento e da tecnologia torna-se cada vez mais urgente para a economia solidária. Isto é fundamental desde que se percebe que - em conformidade com as informações e dados apresentados e observados por vários estudos/pesquisas e eventos - este modo de se construir uma nova economia, tem tido um inegável crescimento e tem se alastrado por todos os recantos deste país. Por outro lado, isto remete, também, a construção de demandas, cujas concretizações passam a ser vitais para o desenvolvimento brasileiro numa perspectiva diferente daquela que é considerada pelo modelo liberal.

Dentre outras questões específicas sobre as quais se debruça o movimento da economia solidária, como por exemplo, a necessidade de um marco legal; a necessidade de descoberta e fortalecimento de cada vez mais nichos de mercado; da necessidade de um programa de crédito, necessidade de uma consertação entre os seus atores e atoras, necessita-se ter todo um suporte que possa estar munindo a economia solidária de novos conhecimentos e novas tecnologias.

Esta demanda está explicitada na Plataforma da Economia Solidária, que faz parte dos Documentos Básicos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES³, como se pode observar no quadro abaixo construído a partir da consulta ao *site* do FBES no dia 06 de junho de 2006.

¹ Texto elaborado por solicitação da Coordenação Nacional do FBES para servir de ponto inicial de debate sobre a relação do FBES com o CNES.

² Professor do DECAC da UFSJ; Membro da ITCP da UFSJ; Coordenação Nacional da Rede de ITCP's; Membro da Coordenação Nacional do FBES e do Conselho Nacional de Economia Solidária.

³ Para maiores detalhes consultar www.fbes.org.br

A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002 em São Paulo). A versão final, que contém em 7 eixos, é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que é composta por sete eixos: Organização Social, Rede de Produção Comercialização e Consumo, Finanças Solidárias, Marco Legal, Educação, Comunicação e **Democratização do Conhecimento e Tecnologia**. Sobre este tema, a Plataforma apresenta a necessidade de que aconteçam determinados fatos que ajudem na concretização de demandas que são enumeradas a seguir:

1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.
2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.
4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.
5. Criar programas de financiamentos voltados as ONG's, Rede de ITCP's, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.
6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.
7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.
8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.
9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.
10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.
11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.
12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Baseado nas informações e constatações que observa-se acima, pode-se entender a necessidade de que o movimento de economia solidária brasileiro se mova no sentido de que aconteça, de fato, uma maior democratização do conhecimento e uma disseminação maior de tecnologias que possam estar ajudando, sobretudo aos empreendimentos de economia solidária, a se ter uma maior chance de contribuir, com muito mais segurança, para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, enfatizando a sua função de ajudar na minimização do desemprego, da pobreza e da exclusão social e, portanto, servindo a um novo padrão de desenvolvimento nacional.

Este processo de democratização do conhecimento e das tecnologias, não será obra apenas de um setor da economia solidária, mais sim de todos os seus atores e atoras. Deste modo, pode-se afirmar que esta democratização não será alcançada pelo simples fato de que as universidades e as instituições e entidades de apoio e fomento decidam fazê-lo.

No, entretanto, será fundamental que as instituições envolvidas neste processo, desempenhem funções e exercitem práticas muito mais evidentes para comprovarem que, de fato, estão

dispostas a fazer isto. No caso específico das universidades, o que se tem observado é que a partir do processo de criação e renovações do Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Extensão, este tema tem sido tratado com muito mais evidência. É isto que tem garantido uma nova atuação da universidade em sua relação com a sociedade, notadamente com aquela parcela da sociedade que a universidade historicamente nunca tinha dialogado, ou seja, com as camadas populares.

Foi a partir deste processo que várias universidades brasileiras, passaram a desenvolver projetos que aproximavam as ações delas com as demandas de trabalhadores e trabalhadoras deste país, que estão na situação de desemprego, sub-emprego ou precarização no trabalho, ou seja, pessoas que se encontram naquela parcela da sociedade que é considerada como excluída e pobre.

É neste cenário e por demandas de grupos organizados da sociedade civil, que surgiu, por exemplo, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCP's, criada em 1998 a partir de experiências já iniciadas desde 1995, quando surgiu a primeira Incubadora de Cooperativas Populares na UFRJ. Esta Rede de ITCP's, que hoje soma 29 Incubadoras, se pauta pelo que se observa em alguns artigos de seus estatutos como se pode ver no quadro abaixo:

Art. 1º. – A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é constituída por um conjunto de Incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimentos.

Art. 2º. – As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são agentes de um processo educativo para a cooperação e a auto-gestão, constituindo-se como projetos, programas ou órgãos das Universidades com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares.

Parágrafo Único – Cooperativas Populares são aquelas criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou que vivenciem situação de emprego/trabalho precarizado.

Art. 3º. – São princípios da **Rede**:

Reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; conceber a Universidade como uma instituição a ser respeitada como *locus* de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; desenvolver e disseminar conhecimentos, sobre Cooperativismo e Auto-Gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária; estimular à intercooperação promovendo a produção e socialização dos conhecimentos entre as Incubadoras, e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; estimular a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção na Rede; organizar-se autonomamente e se relacionar com outras Redes, que conjuguem objetivos convergentes e princípios; trabalhar na constituição, consolidação e integração das Cooperativas Populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos Fóruns e Redes que estão integradas.

Art. 4º. – São princípios das **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares** filiadas:

Colocar-se como agentes do Cooperativismo Popular, entendido como, um meio que possibilita a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos associados, suas famílias e comunidades em que se inserem, visando o pleno exercício da cidadania; estimular o ensino, a pesquisa e a extensão sobre o Cooperativismo Popular e a Economia Solidária, envolvendo interdisciplinarmente corpo docente, discente e técnico; disponibilizar conhecimentos capazes de instrumentalizar propostas de políticas públicas voltadas a essa forma de organização para o trabalho; desenvolver e implementar uma metodologia de trabalho para a incubação da Cooperativa Popular, da organização do grupo até sua inserção e consolidação no mercado; desenvolver e aplicar metodologias capazes de garantir na prática, uma forma de organização para o trabalho auto-gestionário; desenvolver um processo educacional continuado e particularizado (técnico, administrativo, tecnológico e outros); valorizar a educação integral do ser humano como direito fundamental de todo cidadão; socializar os avanços metodológicos, os conhecimentos e as informações obtidas com as demais Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, no meio acadêmico, em instituições afins e na sociedade em geral.

No cumprimento de suas atividades, a Rede de ITCP's e mais precisamente suas Incubadoras, ajudam a fortalecer as grandes teses que são defendidas pelas organizações representativas do conjunto da comunidade acadêmica: ANDES-SN, FASUBRA, Fórum de Pró-Reitores de Extensão, CRUB, UNE, etc, que se resumem na idéia de que possamos ter cada vez mais uma universidade que possa, prioritariamente, estar envolvida no desenvolvimento de práticas que

contribuam para melhoria de vida das pessoas que em suas histórias sempre estiveram a margem daquele tecido social elaborado pelo regime liberal/capitalista.

Para viabilizar suas práticas, as Incubadoras recorrem a projetos e programas, que em sua maioria são financiados pelas entidades de fomento as ações de pesquisa e extensão, que em sua grande maioria são fundações estaduais e nacionais de apoio ao desenvolvimento das atuações das universidades. Um exemplo muito prático disto é o Programa de Apoio as Incubadoras - PRONINC, que é financiado com recursos do MCT/FINEP, MDS, TEM/SENAES, FBB e MEC.

Além disto, este Programa aliados a outros específicos consegue impulsionar e estimular as ITCP's/Universidades a se integrarem com mais evidência orgânica no processo de fortalecimentos dos FEE's e do FBES e, por consequência, de fortalecimento do movimento de economia solidária no Brasil.

Neste programa, as Incubadoras elaboram planos que envolvem desde o acompanhamento para o surgimento de cooperativas populares e outros empreendimentos da economia solidária, como também se comprometem a, em fazendo isto, gerar em torno desta ação a produção acadêmica que possa ter reflexos no processo de ensino universitário. Configura-se, portanto, num dos programas mais completos das universidades brasileiras, pois além de ser atividade de extensão, envolve a realização de pesquisas e estimulam novas práticas de ensino, unindo assim, muito claramente os três pilares de sustentação das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

Programas como este e mais a realização de seminários, colóquios, mesas-redondas, painéis, congressos, que estão sendo cada vez mais multiplicados em várias universidades brasileiras - além, do desenvolvimento de pesquisas e estudos que avaliam as experiências empíricas que se desenvolvem no Brasil no campo da economia solidária - tem demonstrado uma transformação nas relações das universidades com a sociedade. E, se considerarmos a atuação da universidade brasileira nas ultimas três décadas, isto pode ser acatado como um grande salto qualitativo no agir das universidades brasileiras.

O que a Rede de ITCP's tem tentado levar adiante é um processo que legitime sua condição de atora do movimento de economia solidária, ajudando a encontrar soluções para as demandas apresentadas em nossa plataforma de ação. Desse modo tem atuado dentro de suas universidades na perspectiva de fazer com que este processo seja incorporado às políticas destas instituições, caracterizando assim o surgimento do embrião de um grande programa nacional de apoio das universidades para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Uma outra referência que tem se mostrado e reforçado este processo de democratização do conhecimento e da tecnologia, tem sido a Rede Unitrabalho. Além da realização de estudos e pesquisas sobre as relações do mundo do trabalho na atualidade, procura também, desenvolver várias atividades que envolvem o acompanhamento e a avaliação do processo de desenvolvimento da economia solidária brasileira, inclusive criando em seus núcleos, Incubadoras de empreendimentos econômicos e solidários que, também estão envolvidos no PRONINC.

Estas duas experiência se aliam a outras que são desenvolvidas por entidades não universitárias mas que são produtoras e reprodutoras de tecnologias e conhecimentos, fazendo com que no próprio processo de avanço da economia solidária teçam-se teias de democratização do conhecimento da tecnologia.

Todo este processo para ter mais efetividade, precisa estar em permanente diálogo com todos os atores e atoras do movimentos de economia solidária, inclusive o estado, desenhando assim uma nova forma de se pensar na socialização do conhecimento neste país de tanta tradição de concentração do conhecimento.